



ACTIVIDADE LÚDICA

DESENVOLVIMENTO E PREVENÇÃO

CENTRO LÚDICO DO REDONDO



INTRODUÇÃO

O Instituto de Apoio à Criança foi fundado em 1983 com base na Utopia do seu sócio número 1, João dos Santos, e das suas seguidoras neste projecto, Manuela Eanes e Natália Pais. O IAC foi criado para "contribuir para a resolução dos problemas que afectam a criança na sociedade contemporânea e para a defesa dos seus direitos" (Estatutos do IAC) e o seu objectivo era o de ser "um organismo aberto e disponível para ser sensibilizado pelas populações, ou seja, sensibilizar e estar alerta para todos os problemas de ordem geral que, afectando a estabilidade da família e das crianças, não fossem competência dos departamentos do Estado" (A caminho de uma Utopia, 1982).

Dentro destes princípios, nasceu o primeiro projecto: sensibilizar a comunidade em geral e o poder para "A

defesa do direito de Brincar". Citando João dos Santos, "brincamos com as coisas e com os instrumentos com que modificamos as coisas, traçamos ou pintamos as superfícies plásticas. Brincamos com as palavras. Aprendemos com os outros a pôr nomes nas coisas e inventamos nomes novos para algumas... O brincar escapa aos adultos que frequentemente o vêem como algo separado do aprender, o que é não só absurdo como abusivo e cruel"... Tendo por base a convicção de que este era um dos direitos mais ignorados da criança, o Instituto promoveu uma ampla dinâmica de sensibilização para a criação de Ludotecas e Espaços Lúdicos em Portugal.

Nos primeiros anos, aprendemos com a experiência daqueles que, noutros países, trabalhavam nesta área, promovemos acções de formação e encontros e sensibilizámos pessoas e entidades para a necessidade de

se criarem espaços lúdicos e de se aprender observando as crianças a brincar.

Se o mérito de iniciar este projecto de valorização da Actividade Lúdica coube ao IAC, não podemos deixar de mencionar a importância da Fundação Calouste Gulbenkian para a sua concretização: receptividade, desde a primeira hora, às nossas ideias. A Fundação assumiu um largo conjunto de iniciativas no âmbito da formação, trazendo até nós o saber de grandes especialistas tais como Denise Garon e Maria Borja Solé, Raimundo Dinello e Nylse Cunha. Em simultâneo, apoiou financeiramente projectos e um numeroso grupo de instituições que por todo o país se propuseram criar Ludotecas e outros espaços de animação lúdica para crianças e jovens. Sem esta parceria, o apoio técnico e a formação promovidos pelo IAC nunca teriam sido possíveis, pois nunca poderíamos ter aperfeiçoado e actualizado as metodologias que viemos a utilizar.

Na etapa seguinte, atendemos a uma diversidade de solicitações em várias zonas do país, nomeadamente em Lisboa e no Porto. Neste último caso, não poderíamos deixar de prestar a nossa homenagem ao Virgílio Moreira e Sílvia Soares, que infelizmente já não se encontram entre nós. Virgílio Moreira foi o grande dinamizador do trabalho que foi desenvolvido naquela cidade e que deu origem à Associação de Ludotecas do Porto. Quanto a Sílvia Soares, foi esta quem iniciou o movimento ludotecário em Portugal. Seguiram-se Coimbra e Faro, onde se começou a desenvolver trabalho em simultâneo.

Tentando dar respostas de tipo

pontual e procurando recolher elementos que permitissem identificar as questões fundamentais, desde a clarificação de problemas concretos, à definição de papéis e opções de estratégias, seguiu-se um período de reflexão e consulta.

O Sector da Actividade Lúdica do IAC sentiu então necessidade de explicar a sua filosofia de acção, ou seja, que **o direito de brincar é mais do que promover Ludotecas e parques de aventura**. O direito de brincar que defendemos implica a existência de condições que permitam que todas as crianças tenham vontade de brincar, alegria de brincar e de comunicar. Pretendemos valorizar o significado que a criança dá ao objecto brinquedo e ao seu projecto de jogo. Tendo ainda em conta as dinâmicas nacionais e internacionais dirigidas às crianças e considerando os contextos de vida e constrangimentos existentes de natureza familiar, social, jurídica e pedagógica, novas vertentes de trabalho foram incluídas no sector. Estas novas vertentes de trabalho deram lugar ao desenvolvimento de diferentes programas de acção e implicaram uma associação de esforços entre várias instituições, no sentido de viabilizar projectos e iniciativas consideradas úteis para a promoção e defesa do direito de brincar.

Quando me foi solicitado este artigo sobre a actividade lúdica e o trabalho que desenvolvemos, não pude deixar de reflectir que, após 23 anos de existência e tendo participado em 17 integrada numa equipa de trabalho supervisionada pela "mestre" Natália Pais, tenho a mesma convicção – desculpem a presunção – que o Mestre tinha em 1982: **Brincar escapa aos adultos** (A caminho de uma Utopia).

Em reuniões de trabalho com várias instituições que têm como principal objectivo a criança como um Ser de Direitos, sinto muitas vezes incapacidade em passar a mensagem que brincar é parte integrante da vida de uma criança. Embora se tenha feito muito nesta área, é claramente difícil fazer entender e compreender que, **quando falamos de brincar, estamos a falar de desenvolvimento, afectividade, integração e sucesso**.

O trabalho que o sector da actividade lúdica tem desenvolvido nos últimos anos tem-se pautado pela cooperação com várias estruturas a nível nacional, nomeadamente Universidades, Escolas Superiores de Educação, Hospitais, Autarquias, Escolas, Jardins de Infância, IPSS, etc., bem como uma representação na direcção das organizações internacionais.

PORQUE DEFENDEMOS O DIREITO DE BRINCAR

Defender o direito de brincar e de jogar, reconhecendo-o como factor determinante para o desenvolvimento pessoal e social da criança contribuindo para uma infância feliz.

O sector da actividade lúdica foi estruturado com base em 6 aspectos fundamentais, designados por Programas: Defesa do Direito de Brincar, Apoio Técnico à Criação de Espaços Lúdicos (ludotecas, ludocreches, ludobibliotecas, centros lúdicos, e espaços de animação), Função Educativa e Cultural do Jogo e do Brinquedo, Orientação Técnica e Científica de Estágios e Trabalhos de Investigação, Formação, Documentação e Informação.

Do trabalho que temos vindo a realizar, destacamos apenas alguns programas e sua avaliação por limitação de espaço.



DEFESA DO DIREITO DE BRINCAR 31.º ARTIGO DA CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA

No âmbito da definição de estratégias sobre a Defesa do Direito da Criança portuguesa ao brincar e a jogar, realizámos seminários, encontros e conferências nacionais e internacionais, tendo sempre presente a orientação: brincar, quando, onde e porquê?

De 1989 a 2003, foram realizados 15 eventos nacionais: Brincar /Jogar (Lisboa), Objectos, Palavras, Imagens (Setúbal), Encontro Nacional de Ludotecas (Lisboa), Brincar, Como e Porquê (Coimbra), Os Jogos do Mediterrâneo (Lisboa), Jornadas – Espaços Lúdicos no Presente e no Futuro (Lisboa), O Jogo e o Desenvolvimento da Criança – Perspectivas de Investigação (Lisboa), 6.º Encontro Nacional de Ludotecas e Espaços de Jogo ao Ar Livre (Lisboa), 7.º Encontro Nacional de Ludotecas e Espaços de Jogo ao Ar Livre (Coimbra), 7.º Encontro Nacional de Ludotecas e Espaços de Jogo ao Ar Livre (Évora), Caminha na Construção da Ludoteca/Biblioteca (Caminha), Jogo, Brinquedo e Livro (Aveiro), 1.º Encontro Nacional de Ludotecários (Lisboa), 9.º Conferência Inter-nacional de Ludotecas (Lisboa)) e, por último, 9.º Encontro Nacional de Ludotecas e Espaços de Jogo ao Ar Livre (Setúbal), tendo participado um total de 3138 pessoas nestes eventos. São ainda de referir as inúmeras intervenções efectuadas a nível nacional e internacional, sendo que estas ultrapassam na actualidade o milhar.

APOIO TÉCNICO À CRIAÇÃO DE ESPAÇOS LÚDICOS

Este programa tem vindo a desenvolver-se através do apoio

individualizado a profissionais, entidades e instituições que desejem implementar projectos nesta área, quer em fase inicial, quer em fase de reformulação/ampliação, quer em fase de avaliação.

O acompanhamento de projectos em curso é efectuado através da realização de estudos de caso, da observação do nível de adaptação dos materiais e espaços de jogo ao desenvolvimento dos utentes, do estudo do impacto dos jogos, brinquedos e equipamentos de jogo no comportamento lúdico das crianças e jovens e da observação e avaliação das interações da equipa e dos utentes.

Com base num levantamento feito a partir dos relatórios de actividade de 2000 a 2005, podemos afirmar que o Sector da Actividade Lúdica interveio, em média, em 22 espaços por ano. Elaborado em 2001, o caderno de apresentação da Actividade Lúdica refere que, desde o início da sua actividade, o Sector da Actividade Lúdica tinha apoiado e acompanhado tecnicamente mais de 350 espaços lúdicos. Actualmente, já ultrapassámos os 700 espaços.

FORMAÇÃO

Enquanto áreas de formação específica, o lúdico e a actividade lúdica não são contemplados nos currículos das várias instituições de ensino médio e superior ligadas à formação inicial e contínua dos técnicos que trabalham no âmbito da educação, da saúde, da comunicação e da vida cultural. Deste modo, a formação que desenvolvemos de 1993 a 2005 foi constituída por acções teórico-práticas assim como oficinas em regime intensivo e periodicidade mensal, tendo um número de horas que variou entre 20 e 102 horas.

Estas acções e oficinas tiveram a participação de um público com formação e contextos de trabalho diversificados, o que possibilitou a troca e a partilha de experiências e saberes assim como promoveu uma eficaz articulação entre a teoria e a prática e uma edificante interacção entre instituições e profissionais.

Os módulos estavam sujeitos às seguintes temáticas: contextos e práticas lúdicas, fundamento e organização de espaços de jogo, jogo e desenvolvimento psicológico, social, acto lúdico, espaços lúdicos de interior e de exterior, comportamento lúdico: factores culturais e sociais, jogos e brinquedos tradicionais, o lúdico e as crianças com necessidades especiais, o lúdico e a criança hospitalizada, o lúdico e a linguagem – espaços lúdicos e animação do livro, vivência ecológica da actividade lúdica. Como se pode verificar, a concepção subjacente à proposta de formação demonstra uma abordagem globalizante do brincar e do jogar. No total, foram desenvolvidas 97 acções apenas no sector (Lisboa), com uma participação total de 3115 pessoas.

ORIENTAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DE TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO E ESTÁGIOS

Em 1991, iniciámos a vertente de orientação de trabalhos de investigação, tendo como princípio proporcionar uma prática académica e profissional diferente da normalizada academicamente, e tendo como contrapartida uma visão do exterior bem como a avaliação do trabalho desenvolvido nos vários espaços. Partindo deste pressuposto, definimos como áreas de trabalho: observar as características de espaços lúdicos; observar os comportamentos e as atitudes



da equipa e dos utentes de espaços lúdicos; observar e avaliar as relações entre equipa e utentes dos espaços lúdicos; observar, detectar e intervir ao nível das atitudes e comportamentos problemáticos do ponto de vista psicológico, quer em crianças, quer em adolescentes.

No contexto da realização de trabalhos de investigação na área da psicopedagogia, estabelecemos como áreas de estudo o efeito dos contextos da acção, considerando o nível das práticas formais e não-formais da actividade lúdica; a compreensão do jogo enquanto fenómeno aleatório no desenvolvimento humano, considerando o plano das estruturas e das representações e operações envolvidas; a identificação de aspectos específicos da influência de materiais e equipamentos no desenvolvimento sensorial, perceptivo, cognitivo e motor da criança. Até ao ano de 2005, foram orientadas cientificamente 26 monografias, 28 relatórios de estágio e 8 mestrados.

Foi no ano de 1996 que surgiu a vertente "Orientação técnica e científica de estágios". Foram acompanhados tecnicamente estágios das seguintes áreas académicas: Psicologia Clínica (8), Psicologia Educacional (2), Psicologia Comunitária (1), Psicologia da Justiça e Reinserção Social (7), Sociologia (2), Serviço Social (6) e Educação de infância (1), num total de 27 estágios. Foi fornecido acompanhamento científico e técnico a 8 estágios profissionais nas áreas das Ciências da Comunicação (1), Psicologia Clínica (3) Psicologia da Justiça (1), Sociologia (1), Direito (1) e Educação de infância (1).

FUNÇÃO EDUCATIVA DO JOGO E DO BRINQUEDO

É de referir que, nesta componente, somos a única instituição que dispõe de uma técnica especializada e autorizada pela autora a trabalhar e publicar o sistema E.S.A.R. em Portugal. Trata-se do tratamento documental de catalogação, indexação e análise psicológica de brinquedos e jogos. Simultaneamente, um dos trabalhos que desenvolvemos com diversas entidades nacionais e internacionais diz respeito à Segurança dos Brinquedos, tanto ao nível da legislação como aos aspectos psicológicos.

É de referir que, ao longo dos anos, todo este trabalho tem sido desenvolvido por 2 a 3 técnicos que a trabalhar a tempo inteiro no sector.

Por último, a que criança se destina o Brincar e o Jogar ?

Brincar, jogar... para a criança que não tem condições para brincar, para a criança que só trabalha ou estuda, para a criança que só vê televisão, para a criança que precisa ter sucesso na escola para conseguir o afecto e a admiração dos pais, para a criança que permanece grande parte do dia a jogar jogos de computador e vídeo, para a criança tratada como um adulto em miniatura, para a criança só - mesmo com a casa cheia de brinquedos.

Para toda e qualquer criança.

Ao longo de quase meio século de vida, muitos obstáculos e desconfianças foram difíceis de ultrapassar, mas também muitas alegrias existiram e existem neste universo do brincar - crescer - aprender e conviver. Tenho a satis-

fação de trabalhar com dignidade no que acredito e no que sei - desculpem-me a vaidade - com a convicção que uma infância feliz só é possível se existir espaço e tempo para brincar. □

"Brincar é uma linguagem universal facilitadora de vivências em comum."

Natália Pais

LEONOR SANTOS

Coordenadora do Sector da Actividade Lúdica

Referências bibliográficas

- BOUSQUET, M. – Théories et Pratiques Ludiques, Paris, Económica, 1984.
- BRANCO, M. E. – Vida, Pensamento e obra de João dos Santos, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.
- CHATEAU, J. – A criança e o jogo, Coimbra, Atlantida Editora, 1975.
- CRUZ, M., DUARTE, P. – João dos Santos – O prazer de existir, Lisboa, LPDM, 1994.
- DECLARAÇÃO DO IPA – A Criança e o direito de brincar, Lisboa, Edições IAC, 1982.
- INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA – Estatutos, Lisboa, 1983.
- KISHIMOTO, T. M. – "Diferentes tipos de brinquedotecas", in O Direito de Brincar, SCRITTA, 1992.
- LINDQUIST, I. – "Brincar no Hospital", in O Direito de Brincar, SCRITTA, 1992.
- PAIS, N. – "A actividade lúdica – Ludotecas", in BARREIROS, J., NETO, C. e PAIS, N. – A actividade lúdica no Jardim de Infância, Lisboa, ESEG/ IPG, 1989.
- SANTOS, J. – A caminho de uma utopia, Lisboa, Livros horizonte, 1982.
- SANTOS, L. – Espaços lúdicos em Portugal – percursos e dinâmicas, 9ª Confª Int. Ludotecas, Lisboa, 2002.
- WINNICOTT, D. W. – O Brincar e a realidade, Imago Editora, Rio de Janeiro, 1975.